



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO ESPECIALIZADO**

CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Edital nº 45, de 10 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de agosto de 2018.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, PROGRAMAS E TABELA DE PONTUAÇÃO PARA
JULGAMENTO DE TÍTULOS**

1. Área do concurso: **direito**
2. Subárea: **direito do trabalho e legislação social**
3. Classe: **ADJUNTO A** Carga Horária: **20 horas**
4. Perfil do candidato: **doutor em direito**

5. O CONCURSO CONSTARÁ DE:

ETAPAS
Julgamento de títulos
Prova Escrita
Prova didática

De acordo com a Resolução nº 02/2018 do CCEPE, Art. 4º O concurso para a Carreira do Magistério Superior, constará, obrigatoriamente, de: I) Prova Escrita; II) Prova Didática; e III) Julgamento de Títulos; e, opcionalmente, de Prova Prática e Defesa de Memorial, a critério do Centro Acadêmico ao qual se destinará o concurso.

§ 1º As provas Escrita, Didática, Prática e Defesa de Memorial contam com caráter eliminatório e o julgamento de Títulos com caráter classificatório.

6. PROGRAMA DO CONCURSO:

1) TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO: Os Princípios do Direito do Trabalho na Teoria Jurídico-Trabalhista Clássica e na Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica. A Eficácia/ Efetividade da Norma Trabalhista no Tempo e no Espaço. A Obsolescência da Dogmática Jurídico-Trabalhista Clássica no Enfrentamento dos Conflitos Locais, Regionais e Supranacionais. A Teoria das Fontes na Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica;

2) TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO: O Direito do Trabalho na Categoria de Direito Humano Fundamental. As Fontes. As Lutas Simultaneamente Reformistas e Emancipatórias e a Redefinição da Teoria das Fontes no Direito do Trabalho. A Propósito da Autonomia do Direito do Trabalho, no Contexto do Ultraliberalismo Global;

3) DIREITO SINDICAL OU COLETIVO DO TRABALHO: História da Organização Operária. Burguesia/Proletariado e Estado Moderno. Organização Sindical. Classificação. Crises e Perspectivas. A Experiência Sindical Brasileira Pós-Constituinte. As Crises e Perspectivas do Sindicalismo Brasileiro;

4) DIREITO SINDICAL OU COLETIVO DO TRABALHO: Negociação Coletiva enquanto Processo Não Estatal de Formação da Norma Trabalhista. A Greve no Contexto das Crises do Sindicalismo e dos Novos Movimentos Sociais. O Dissídio Coletivo enquanto Processo Jurisdicional de Produção da Norma Trabalhista. As Relações Sindicais Brasileiras e a Reforma Trabalhista de 2017;

5) DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO: Exigências Teórico-Dogmáticas para Formação do Contrato Individual de Trabalho. Nulidade e Anulabilidade e as Respostas da Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica. Normas Gerais e Especiais de Tutela de Trabalho. Trabalho do Menor, da Mulher, Higiene, Segurança e Acidente de Trabalho. Alteração, Suspensão e Interrupção. Correntes Doutrinárias e Implicações na Experiência Jurídica Brasileira. Remuneração e Salário. Princípios e Marcos Teórico-Dogmáticos da Teoria Jurídico-Trabalhista Clássica e da Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica;

6) DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO: Empregado, Empregador, Tempo de Serviço, Sucessão e Grupo Empresarial. Implicações Doutrinárias Contemporâneas. Estabilidade, Fundo de Garantia e Teorias Contemporâneas - Indenidade, Vedação do Retrocesso dos Direitos Sociais, Hermenêutica Estruturante. Convenção 158. Terminação do Contrato. Justas Causas do Empregado e do Empregador e suas Implicações. As Relações Individuais de Trabalho e a Reforma Trabalhista de 2017;

7) FUNDAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL: Antecedentes Históricos da Seguridade, da Previdência e da Assistência Social. Relação entre Seguridade social, Economia e Estado. Direito da Seguridade Social. Fontes, Interpretação e Integração do Direito da Seguridade Social;

8) FUNDAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL: Regimes Previdenciários. Princípios da Seguridade Social. O Papel do Financiamento na Constituição das Políticas de Seguridade Social. As Crises dos Sistemas Previdenciários. Entre o Embate Previdência Pública e Previdência Privada, a Renda Universal Garantida Fruto da Taxação dos Fluxos Financeiros e das Grandes Fortunas;

9) CRÍTICA DO DIREITO SUMULAR DO TRABALHO: A Tripartição dos Poderes e a Função Revisora dos Tribunais. Ativismo Judicial e o Limite da Atuação dos Juízes. Criação de Súmulas e a Função Legiferante;

10) CRÍTICA DO DIREITO SUMULAR DO TRABALHO: Posição Jurisdicional Sumulada do TST e a Jurisprudência Sumulada Dos Tribunais Regionais. As Correntes Hermenêuticas na Efetividade dos Direitos Individuais e Sindicais do Trabalho. Neoconstitucionalismo, Transconstitucionalismo, Neopositivismo. Evolução versus Retrocesso Hermenêutico na Construção do Direito do Trabalho;

11) HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO OPERARIA BRASILEIRA: A Dialética da Colonização e o Trabalho Escravo no Brasil. O Navio Negreiro. A História da Organização Operária no Brasil. Máquinas e Operários no Século XIX. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro entre 1890 e 1920;

12) HISTORIA DA ORGANIZAÇÃO OPERARIA BRASILEIRA: Da Revolução de 30 ao Estado Novo. A Estruturante Sindical de Raiz Corporativa. A Conexão Ideológica do Corporativismo: Entre a Ordem Política e a Ordem Jurídica de 1937 a 1988. O Sindicalismo Brasileiro Pós-Constituinte. Antinomias do Artigo 8º da Constituição de 88. O Novo Internacionalismo Operário e os Novos Movimentos Sociais. Impactos na Experiência Brasileira;

13) DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO DO TRABALHO: Antecedentes Históricos. O Direito Internacional do Trabalho na Organização Internacional do Trabalho. O Direito Internacional do Trabalho na União Européia e no MERCOSUL. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos. As Implicações das Normas da OIT e da União Européia no Direito Interno;

14) DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO DO TRABALHO: A Livre Circulação de Trabalhadores nos Âmbitos da União Européia e do MERCOSUL. A Dualização do Assalariado e a Flexissegurança Proposta Na União Européia. A Carta dos Direito Sociais da União Européia e as Perspectivas para América Latina. Crises e Perspectivas do Direito Internacional do Trabalho no Contexto da Globalização Excludente;

15) DIREITO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA: O Trabalho Contraditoriamente Livre/Subordinado como Objeto do Direito do Trabalho. Problematicando, Refutando e Deslocando o seu Objeto. As Relações de Trabalho Subordinadas enquanto Relações de Poder. O Mito da Igualdade Jurídica. Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social. A Gestão como Doença Social. Meio Ambiente do Trabalho e Adoecimento. Seus Vínculos Inseparáveis como o Trabalho Livre/Subordinado;

16) DIREITO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA: A Dualização do Assalariado. Flexibilização, Desregulamentação, Terceirização. A Ruptura entre o Modelo Fordista e o Modelo de Acumulação Flexível. A Tecnologia da Informação e da Comunicação e a Captura da Subjetividade. A Ampliação dos Cânones da Proteção por Meio da Economia Social e Solidária e da Renda Universal Garantida. A Remuneração e o Salário. Para Além da Compra e Venda da Força de Trabalho. Os Sentidos do Trabalho, A Cultura e o Poder das Organizações e seu Impacto na Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica;

17) DIREITO DO TRABALHO NO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Do Individualismo Contratualista aos

Movimentos Reformistas e Revolucionários do Século XIX. Os Novos Movimentos Sociais. Da Batalha de Seattle às Redes de Indignação e de Esperança. Das Teorias Acionalista, Pós-Moderna à Versão Marxista dos Movimentos Sociais. Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário;

18) Direito DO TRABALHO NO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A Ampliação e a Diversificação das Estratégias de Lutas e de Pautas Reivindicativas. Para Além do Chão da Fábrica. A Força Explosiva da Revolução Informacional e do Trabalhador do Conhecimento. A Retomada dos Movimentos Sindicais Emanipatórios e Contra-Hegemônicos. Os Novos Movimentos Sociais e as Teorias dos Movimentos no Contexto da Teoria Jurídico-Trabalhista Crítica;

19) DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO: “A Condição Humana” como Fundamento dos Direitos Humanos na Teoria Jurídica Liberal Racionalista do Século XVIII Ao Século XX. Da Declaração da Virgínia de 1776, à Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. O Trabalho Humano Subordinado no Caráter “Natural” do Jusnaturalismo e na Gênese do Capitalismo. As Constituições Sociais de Waimar e Mexicana do Início do Século XXI. O Estado do Bem-Estar Social e as Constituições Centradas no Estado Social e Democrático do Direito;

20) DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO: A Ofensiva do Constitucionalismo Antidemocrático e seu Impacto nas Relações Individuais e Coletivas de Trabalho. O Direito do Trabalho no Contexto do Constitucionalismo Principalista, do Constitucionalismo Garantista, do Neoconstitucionalismo. As Perspectivas Hermenêuticas do Protagonismo Judicial/Trabalhista. Do Transconstitucionalismo à Governança Global. O Futuro das Relações Individuais, Sindicais do Trabalho e Internacionais do Trabalho. As Constituições Brasileiras e os Princípios Constitucionais Fundamentais de Proteção às Relações Individuais e Coletivas de Trabalho.

7. Tabela de Pontuação para Julgamento dos Títulos

1. EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO OU AFINS – (PESO 3,0)

2. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA, CULTURAL E DE EXTENSÃO – (PESO 5,5) – ÚLTIMOS 10 ANOS

2.1. Trabalhos publicados ou equivalentes de divulgação dos produtos da área – (PESO 3,0)

2.2. Trabalhos publicados na íntegra ou equivalente de divulgação dos produtos da área em eventos científicos – (PESO 1,0)

2.3. Participação em projetos, programas e ações de extensão e pesquisa – (PESO 1,5)

3. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LIGADAS À ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA - (0,0)

4. ATIVIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS ÁREA/SUBÁREA DO CONCURSO – (PESO 0,5)

5. OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS – (PESO 1,0)

Candidato

(a):.....

Área:

.....

Data:/...../.....

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	NÚMERO DE TÍTULOS	PONTOS OBTIDOS	Nº DOC. ANEXADO
1. EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO OU AFINS – (PESO 3,0)					
Docência – (PESO 1,0)					
1.1.1	Docência Ensino Superior Graduação (por semestre)	0,25			
1.1.2	Docência Ensino Superior Especialização/Mestrado Acadêmico/Doutorado (por semestre)	0,2			
1.1.3	Docência Ensino Profissionalizante Mestrado Profissional (por semestre)	0,125			
1.1.4	Docência em Outras Modalidades (por semestre)	0,1			
SUBTOTAL 1.1 (pontuação máxima de 1,0 ponto)					

Orientações – (PESO 1,0)					
1.2.1	Orientação Tese de Doutorado (por orientação concluída)	0,25			
1.2.2	Orientação Dissertação de Mestrado Acadêmico (por orientação concluída)	0,2			
1.2.3	Orientação Dissertação de Mestrado Profissionalizante (por orientação concluída)	0,125			
1.2.4	Orientação Monografia Especialização (por orientação concluída) - pontuação máxima 0,5	0,125			
1.2.5	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (por orientação concluída) – pontuação máxima 0,5	0,1			
1.2.6	Orientação de monitoria (por orientação concluída) – pontuação máxima 0,5	0,1			
SUBTOTAL 1.2 (peso 1,0)					
Participação em Banca Examinadora – (PESO 1,0)					
1.3.1	Banca Doutorado	0,25			
1.3.2	Banca Mestrado Acadêmico	0,2			
1.3.3	Banca Mestrado Profissional	0,125			
1.3.4	Banca de Trabalho de Conclusão de Curso – pontuação máxima 0,5	0,1			
SUBTOTAL 1.3 (peso 1,0)					

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	NÚMERO DE TÍTULOS	PONTOS OBTIDOS	Nº DOC. ANEXADO
PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA, CULTURAL E DE EXTENSÃO - (PESO 5,5)					
Conforme artigo 15 § 2º da Resolução 22/2013, deve-se considerar as					

atividades dos últimos 10 anos.							
2.1. Trabalhos publicados ou equivalentes de divulgação dos produtos da área – (PESO 3,0)		Área Con curso	Área Afim	Área Con curso	Área Afim		
2.1.1	Publicação de Livro/obra acadêmico-científica que reflete ser produto de uma pesquisa focalizando em questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação que apresenta relevância, caráter inovador, potencial de impacto, esforço autoral e alcance teórico/ organicidade, introdução/capítulo introdutório ou apresentação que demonstre organicidade da obra; possuindo distribuição/circulação em âmbito nacional, qualidade de edição, ISBN e editora com conselho editorial. (Por publicação)	0,5	0,25				
2.1.2	Publicação de Livro/obra acadêmico-didática que toma como referência pesquisas e estudos, apresentando organicidade, distribuição/circulação em âmbito nacional, qualidade de edição, ISBN e editora com conselho editorial. (Por publicação)	0,25	0,125				
2.1.3	Publicação de livro/obra voltada para o mercado profissional que apresenta ISBN, Editora com conselho editorial e circulação nacional. (Por publicação)	0,1	Não pontuar				
2.1.4	Organizador de coletânea ou similar que reflete ser produto de uma pesquisa coletiva, oriunda de convênios ou redes nacionais ou internacionais, bem como apresentar autores estrangeiros, possuindo ISBN, qualidade de edição, com apoio de agências para publicação (editais) e, ter no mínimo distribuição/circulação nacional. (Por coletânea organizada)	0,5	0,25				
2.1.5	Organizador de coletânea ou similar que reflete ser produto de uma pesquisa coletiva, oriunda de convênios ou redes nacionais ou internacionais, possuindo ISBN, qualidade de edição e, ter no mínimo distribuição/circulação local. (Por coletânea organizada)	0,25	0,125				
2.1.6	Publicação de capítulo em coletânea que reflete ser produto de uma pesquisa coletiva, oriunda de convênios ou redes nacionais ou internacionais, na qual participam autores estrangeiros, qualidade de edição, ISBN, com apoio de agências para publicação (editais) e, ter no mínimo distribuição/circulação nacional. (Por capítulo publicado)	0,25	0,125				
2.1.7	Publicação de capítulo em coletânea que reflete ser produto de uma pesquisa coletiva, oriunda de convênios ou redes nacionais ou internacionais, qualidade de edição, ISBN e, ter no mínimo	0,125	0,1				

	distribuição/circulação nacional. (Por capítulo publicado)						
2.1.8	Artigos científicos publicados em periódicos com <i>Qualis</i> A1 ou A2. (Por publicação, considerando-se o <i>qualis</i> na data da publicação do artigo no periódico).	0,5	0,25				
2.1.9	Artigos científicos publicados em periódicos com <i>Qualis</i> B1 ou B2 (Por publicação, considerando-se o <i>qualis</i> na data da publicação do artigo no periódico).	0,25	0,125				
SUBTOTAL 2.1. (peso 3,0)							

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO		NÚMERO DE TÍTULOS		PONTOS OBTIDOS	Nº DOC. ANEXADO
2.2. Trabalhos publicados na íntegra ou equivalente de divulgação dos produtos da área em eventos científicos – (PESO 1,0)		Área Con curso	Área Afim	Área Con curso	Área Afim		
2.2.1	Artigo completo publicado em anais de congresso, em jornais e revistas de distribuição internacional. (Por publicação)	0,25	0,125				
2.2.2	Artigo completo publicado em anais de congresso, em jornais e revistas de distribuição nacional. (Por publicação)	0,125	0,1				
2.2.3	Avaliador de Periódicos com Editor responsável, Conselho editorial, ISSN, Linha editorial, normas de submissão, periodicidade mínima anual, avaliação pelo sistema Double blind review. (Por avaliação) Pontuação máxima 0,5.	0,25	**				
2.2.4	Organizador, coordenador ou conferencista convidado de evento científico internacional. (Por evento)	0,25	0,125				
2.2.5	Organizador, coordenador ou conferencista convidado de evento científico nacional na área do concurso. (Por evento)	0,2	0,1				
2.2.6	Organizador, coordenador ou conferencista convidado de evento científico regional. (Por evento)	0,125	0,1				
2.2.7	Organizador, coordenador ou conferencista convidado de evento científico local. (Por evento)	0,1	Não Pontua r				
SUBTOTAL 2.2. (peso 1,0)							

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	NÚMERO DE TÍTULOS	Nº DOC. ANEXADO
2.3. Participação em projetos, programas e ações de extensão e pesquisa (PESO 1,5)				
2.3.1	Bolsista de produtividade em pesquisa ou em inovação tecnológica.	1,0		
2.3.2	Coordenador de projeto de pesquisa institucional com	0,75		

	fomento por edital. (Por projeto)			
2.3.3	Coordenador de projeto de extensão cadastrado no SIGPROJ ou em programa institucional similar. (Por projeto)	0,5		
2.3.4	Pesquisador de projeto de pesquisa institucional com fomento por edital. (Por projeto)	0,5		
2.3.5	Pesquisador de projeto de extensão cadastrado no SIGPROJ ou em programa institucional similar. (Por projeto)	0,25		
2.3.6	Orientação em programa institucional de pesquisa (PIBIC ou similares). (Por orientação)	0,25		
2.3.7	Orientação de bolsista de extensão institucional. (Por orientação)	0,25		
SUBTOTAL 2.3 (peso 1,5)				

3. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LIGADAS À ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA – (PESO 0,0)

SUBTOTAL 3 (peso 0,0)

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	NÚMERO DE TÍTULOS	Nº DOC. ANEXADO
4. ATIVIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS A ÁREA/SUBÁREA DO CONCURSO – (PESO 0,5)				
4.1	Exercício técnico profissional em função diretamente relacionada com a área de conhecimento objeto do Concurso por no mínimo um ano, independentemente do tempo de exercício.	0,25		
4.2	Exercício técnico profissional em função relacionada com área afim à objeto do Concurso por no mínimo um ano, independentemente do tempo de exercício.	0,25		
SUBTOTAL 4 (Peso 0,5)				

Ord.	GRUPO DE TÍTULOS DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO POR TÍTULO		NÚMERO DE TÍTULOS		PONTOS OBTIDOS
5. OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS – (PESO 1,0)		Área Concurso	Área Afim	Área Concurso	Área Afim	
5.1	Curso de formação complementar/capacitação com carga horária mínima de 60 Horas	0,125	0,1			
5.2	Editor responsável de periódico que tenha Conselho editorial, ISSN, Linha editorial, normas de submissão, periodicidade mínima anual, avaliação pelo sistema Double blind review. (Por periódico)	0,5	**			
5.3	Co-orientador de dissertação ou Tese	0,1	**			
5.4	Arbitragem de livros ou capítulos de Livros	0,2	**			
5.5	Supervisão de Estágio Docente	0,1	**			
SUBTOTAL 5 (peso 1,0)						

A tabela segue a norma vigente conforme a Resolução nº 02/2018, Artigos 18 a 21, do CCEPE.

EXAMINADOR: _____

Tabela de Pontuação para Prova de Títulos do Concurso de Professor Adjunto A aprovada na 6ª Sessão Extraordinária do Pleno do Departamento de Direito Público Especializado, Centro de Ciências Jurídicas da UFPE, realizada, presencialmente, no dia 12 de junho de 2018, na cidade do Recife.